

Caio Prado: vida e obra transgressoras e o destino trágico de seu pensamento

*Ângela Maria Souza**

*Maria Aparecida de Paula Rago***

Resumo:

Este artigo tem como objetivo apresentar o embate crítico, transgressor e dissonante com relação ao da esquerda da época feito pelo intelectual-militante comunista Caio Prado Jr. (1907-90). São passados em exame a sua trajetória de militância, o destino trágico de seu pensamento e a crítica à teoria da revolução brasileira, bem como a sua análise sobre a questão agrária.

Palavras-chave:

Caio Prado Jr.; revolução brasileira; questão agrária; ditadura militar; crítica à esquerda.

Caio Prado: life and work of a transgressor and the tragic fate of his thought

Abstract:

This article aims at presenting the dissonant, transgressive and critical fight promoted by Caio Prado Jr. (1907-90), a communist intellectual and militant. The paper describes his political actions, the tragic fate of his thought, his critique of the Brazilian revolution and also his analysis of the agrarian question.

Key words:

Caio Prado Jr.; Brazilian revolution; agrarian question; military dictatorship; critique of the left.

* Doutora em história da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). A contribuição da autora neste artigo é baseada na sua dissertação (2004) e na sua tese (2009).

** Professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Introdução

Neste ano em que se relembram 50 anos de um dos momentos mais cruéis de nossa história, o golpe de estado de 1964 e a consolidação da autocracia burguesa bonapartista daí instituída, compreender aspectos que engendraram a barbárie na qual o país afundou por 20 anos representa não só a possibilidade de nos aprofundarmos nos meandros de suas razões e consequências, mas também a produção de uma memória para que as novas gerações compartilhem seu significado e impeçam a repetição desta tragédia.

A proposta desse ensaio está ancorada, primeiramente, no exame da trajetória desse pensador radical e diferenciado, intelectual militante incompreendido pelos seus pares. A arma da crítica foi um dos instrumentos mais utilizados por Caio Prado Jr. ao longo de sua vida. A contundência ao rever o papel das esquerdas no pré-1964, responsabilizando-as, em parte, pelo desarme teórico e incompreensão na atuação dos movimentos sociais, foi explicitada em sua obra *A revolução brasileira* e será parte das reflexões deste artigo. A questão agrária, uma das mais caras ao historiador marxista e um dos pontos de dissonância no embate com o pensamento da esquerda brasileira, também será examinado.

Uma vida de sentido versus a desventura de um pensamento

Caio da Silva Prado Jr. – que nasceu na cidade de São Paulo, em 1907, e nesta mesma cidade faleceu, em novembro de 1990, aos 83 anos – pode ser apresentado como historiador, economista, geógrafo e editor, entre outros, tal a variedade de áreas pelas quais trafegou. Mas, sem dúvida, antes de tudo, foi um intelectual-militante comunista¹, que colocou sua vida a serviço da classe social que escolheu representar.

Pode-se dizer que foi uma individualidade que primou pela transgressão na vida e na historiografia. Na vida pessoal, rompeu com o itinerário natural esperado por sua família e pela classe social à qual pertencia. Poderia ter sido um “homem de negócios”, um político defensor dos interesses dos seus, mas, diversamente, optou por uma trajetória que o levou em direção à classe trabalhadora. Na historiografia, fugiu dos modelos tradicionais e adotou o marxismo como parâmetro de análise da realidade nacional. Essa propositura o levou a constatações que colidiram com as assumidas pelo partido ao qual pertencia, o Partido Comunista Brasileiro (PCB)² – este, de vínculo estreito com as diretrizes stalinistas, a exemplo do esquema defendido da sequencialidade dos modos de produção pelos quais passariam todos os países, inclusive o Brasil. Essa evolução histórica realizada mediante etapas desaguarda na revolução democrático-burguesa e, no futuro, no socialismo. Como decorrência, uma análise falseada do campo brasileiro e da burguesia nacional, entre outras questões.

Tal posicionamento atípico pode ser observado em seu próprio relato: “Sempre fui muito marginalizado no Partido, pela oposição a seus esquemas políticos e econômicos, que eu considerava falhos no que dizia respeito ao Brasil. (...) além da minha condição de intelectual, há o fato de que tenho origem numa família rica, tradicional”. De modo que,

É claro que tudo isso parece a própria negação da condição de comunista. De qualquer forma, eu fugi ao meio ambiente normal do Partido. E, aliado a isso, havia o fato de que procurava estudar as coisas com independência, buscava o certo e o errado, e defendia minha posição com muito vigor. (PRADO JR., 1981, pp. 309-10)

Passou toda a sua vida se debatendo com as forças de esquerda, as quais considerava equivocadas e desmobilizadoras dos movimentos sociais, críticas sintetizadas em sua obra *A revolução brasileira*.

Autor de obras clássicas da historiografia brasileira³ – como *Evolução política do Brasil* (1933), *Formação do Brasil contemporâneo* (1942), *História econômica do Brasil* (1945) e *A revolução brasileira* (1966) –, teve diversas prisões decretadas ao longo da vida. A primeira delas ocorreu em 1º de janeiro de 1930, por ter dado “vivas” a Vargas em uma recepção ao candidato oficial, Júlio Prestes. Com a ascensão do político gaúcho, trabalhou intensamente, durante três meses, numa das delegacias (Ribeirão Preto) constituídas para apurar os excessos cometidos pelo antigo regime. Acabou por perceber que nada se apuraria, pois os inquiridos eram arquivados, o que o levou a se afastar do cargo.

1 Maria Cecília, viúva de Caio Prado Jr., afirma que “A entrada no Partido Comunista se fez em 1931, pelas mãos de um garçom espanhol, de cujo nome [Caio Prado] lastima não se lembrar” (HOMEM, 1989, p. 48).

2 Partido Comunista do Brasil (quando da fundação, em 1922), foi alterado para Partido Comunista Brasileiro em 1961.

3 Apenas para lembrar obras sobre outros temas: em 1934, publicou *URSS: um novo mundo*, que teve uma segunda edição em 1935 (apreendida pela polícia) e não seria mais reeditado. Voltaria a este tema em 1962, em *O mundo do socialismo*. Em 1952, ele publicou *Dialética do conhecimento*, entre outras.

O período aliancista (1935)⁴ representa o apogeu de sua militância política⁵. Apesar de o presidente da Aliança Nacional Libertadora (ANL) paulista ser o general Miguel Costa, na prática, Prado Jr. parece ter sido seu dirigente mais importante, tendo, inclusive, realizado inúmeras viagens pelo interior para organizá-la⁶. Nesse período, quando assumiu a vice-presidência da ANL, atuou como jornalista no periódico *A platéia*, no qual publicou uma série de oito artigos explicando o programa da Aliança, que já destoava das proposituras do PCB⁷. A ANL foi fechada, e suas lideranças, perseguidas e presas. No cárcere deu início à escrita dos *Diários políticos* com vistas a reavivar, no futuro, a memória acerca dos acontecimentos do período⁸.

Em 1937, depois de passar dois anos na prisão, partiu para a França, regressando ao país apenas em 1939. Durante a Guerra Civil Espanhola, alojou-se na fronteira, ajudando os emigrados espanhóis, por meio de uma organização criada pelo Partido Comunista Francês⁹.

Abriu uma pequena livraria na rua Barão de Itapetininga¹⁰, centro de São Paulo, que foi ampliada e desencadeou a Editora Brasiliense, fundada, junto com Monteiro Lobato, no ano de 1943¹¹.

Ainda em São Paulo, participou (junto com Astrojildo Pereira, Tito Batini e Heitor Ferreira Lima, entre outros) dos Comitês de Ação, grupos discordantes do posicionamento adotado pelo PCB. De fato, em agosto de 1943 – quando da criação da Comissão Nacional de Organização Partidária (CNOP), que contava com nomes como Diógenes Arruda Câmara, João Amazonas, Pedro Pomar e Maurício Grabois e da qual Luís Carlos Prestes foi eleito secretário-geral *in absentia*, pois estava preso –, definiu-se que o Partido adotaria uma política de união nacional com Vargas. Já Prado Jr. e o primeiro grupo defendiam a necessidade de uma frente contra o Estado Novo¹².

A libertação de Prestes, em maio de 1945, e a sua disposição de apoiar a tese defendida pela CNOP, de união com Vargas, trouxe dificuldades para os membros que pensavam de forma diferente, levando muitos dos Comitês de Ação a aderirem à Esquerda Democrática, núcleo originário do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Esta não foi, entretanto, a opção de Caio Prado Jr., que permaneceu no Partido Comunista, apesar das discordâncias¹³.

No curto período de legalidade do PCB (1945-7), foi eleito, em janeiro de 1947, deputado estadual (com 5.257 votos), tornando-se líder da bancada comunista na Assembleia Legislativa de São Paulo.

Em 1955, com Elias Chaves Neto e outros, fundou a *Revista Brasiliense (RB)*, da qual passaria, até 1964, a ser um dos principais articulistas, contribuindo com mais de 30 artigos. A *RB* respondia à realidade nacional dos anos 1955 a 1964, período marcado pelos grandes debates em torno do desenvolvimento nacional autônomo, do tipo e processo de industrialização, pela análise da questão agrária e da resolução da situação dos trabalhadores do

4 Sinteticamente, a ANL foi um “movimento que irrompera em um contexto de insatisfação social e tivera como protagonistas os tenentes de esquerda e o Partido Comunista Brasileiro (PCB)” (IUMATTI, 2007, p. 31).

5 Antes disso, encontrava-se envolvido na fundação, em 1934, da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB-São Paulo), da qual foi um dos principais animadores, integrando o Conselho de Redação da revista *Geografia*, editada por esta entidade. Participou das turmas da então recém-criada Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, onde estabeleceu contatos com professores da Missão Francesa, em especial os geógrafos Pierre Deffontaines e Pierre Moinbeig. Esta experiência com o mundo geográfico foi frutífera, como se pode constatar em suas obras. Nelas são explicitados o seu profundo conhecimento acerca do nosso meio geográfico e a importância dada a esta questão.

6 Ele próprio nos revela: “Fui um dos dirigentes da Aliança em São Paulo, como vice-presidente. O general Miguel Costa era o presidente, mas nunca atuou muito.” (PRADO JR., 1981, pp. 307-8)

7 Tendo em vista a relevância histórica desses documentos, em 1982, a *Revista Nova Escrita/Ensaio*, em seu décimo número, reeditou tais artigos.

8 São registradas suas impressões de 1935-47, inclusive em relação às notícias recortadas de jornais e cuidadosamente fixadas nos cadernos. Os *Diários políticos* fazem parte do Acervo Caio Prado Jr. do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB – Universidade de São Paulo).

9 Conforme relato de Fernando Novais, “Caio junta-se aos grupos que trabalham na fronteira entre a França e a Espanha, facilitando o trânsito dos estrangeiros que querem colaborar na luta antifascista e dos espanhóis que fogem da ditadura de Franco. Caio, brasileiro insuspeito, fala francês e inglês, compreende o espanhol e, por isso, é grande auxiliar na tarefa.” (NOVAIS, 2005, p. 280) Adriana Lopez e Carlos G. Mota complementam: “perdida a Guerra Civil na Espanha, já na retirada dos republicanos, o historiador Caio Prado Jr. (então alistado no Partido Comunista Francês) auxiliou, nos contrafortes dos Pirineus, espanhóis republicanos a fugirem em direção ao exílio.” (LOPEZ; MOTA, 2008, pp. 681-2)

10 Provavelmente induzido por Monteiro Lobato.

11 Alguns datam 1944.

12 Em função disso participou da reunião de fundação da União Democrática Nacional (UDN. Posteriormente, avaliando a correção ou inexatidão de sua postura neste acontecimento, afirmou: “É difícil dar lições à história e saber o que teria acontecido se tivéssemos agido de forma diferente. Reconheço, no entanto, que minha posição era errada, que meu plano de frente única não era correto. Essa frente é que acabou dando nascimento à UDN”. Assumia que, “Aliás, o nome UDN quem deu fui eu. Não me vanglorio por isso, é apenas uma curiosidade histórica. (...) Enfim, minha ideia era fazer um movimento democrático e popular e me iludi com os ‘democratas’ da UDN.” (PRADO JR., 1981, p. 310)

13 Sobre estes acontecimentos, ver os *Diários políticos* de Caio Prado: 1945, analisados por Iumatti (1998).

campo e das cidades, para citar alguns; enfim, de um momento altamente significativo para a história do país. A *RB* expressava a tentativa de um projeto coletivo – o que não implica posicionamentos idênticos dos seus membros – com vistas a interferir no cenário brasileiro. Tratava-se de uma revista de trincheira, de luta, que abriu portas para jovens pesquisadores que se destacariam posteriormente, a exemplo de Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni, entre outros¹⁴. Os escritos para a *RB* foram interrompidos pelo golpe de 64 e o número 51 da *Revista*, referente aos meses de janeiro e fevereiro de 1964, foi o último a chegar ao público. A edição seguinte já estava pronta, mas foi apreendida e destruída na gráfica pelos representantes do poder instaurado.

Em 1968, inscreveu-se para substituir Sérgio Buarque de Holanda na cátedra de história da USP, com a tese *História e desenvolvimento*, mas o concurso foi cancelado, seu título de livre-docência, cassado, e Caio Prado foi aposentado por decreto, apesar de não pertencer à Universidade.

Em 1970, teve seus direitos políticos cassados pelo regime militar, sofrendo mais uma prisão – em plena ditadura Médici –, como já ocorrera em outros momentos de sua vida. O motivo alegado foi a entrevista concedida a um grupo de estudantes do grêmio da Faculdade de Filosofia da USP, os quais teria incitado à luta armada¹⁵. Para escapar à prisão, fugiu para o Chile, mas retornou para se submeter a julgamento.

Em 25 de março de 1970, logo depois do anúncio feito pelo Exército do desbaratamento da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), ele foi levado ao banco de réus. Daí seguiu para o Presídio Tiradentes, condenado à pena máxima: quatro anos e seis meses de detenção. Recorreu ao Supremo Tribunal Militar e tudo o que conseguiu foi a redução da pena para 21 meses. Removido do presídio, onde ele mesmo preparava suas refeições, foi encarcerado no 16º Batalhão Universitário da Força Pública, atrás do câmpus da USP. Com muita dificuldade obteve permissão para ir ao enterro de seu filho Roberto, que cometeu suicídio. Foi absolvido pelo Supremo Tribunal Federal e libertado em agosto de 1971, aos 64 anos, após cumprir quase toda a pena. Ficou preso por 545 dias (cf. GASPARI, 2004, p. 231).

Mesmo esta sintética apresentação permite constatar a envergadura da figura retratada aqui, cujo ideário, salvo raras exceções, não foi bem compreendido, fazendo-se necessário ressaltar o destino trágico de seu pensamento. Trata-se de um autor considerado clássico, de obras de prestígio, que marcaram época e individualidades, mas cujo procedimento analítico e intelectual na apreensão da história brasileira não foi tomado como espelho – referimos aqui à necessária subsunção do investigador à realidade objetiva dos acontecimentos ou da produção textual –, como demonstram as inferências externas ao seu pensamento, as quais não encontram âncora em seus textos.

Evidentemente, não se deve supor que as interpretações distanciadas do seu legítimo pensamento ocorram por má-fé dos analistas. Esta debilidade de fundo decorre, fundamentalmente, de um lado, do “método” de análise adotado, que não privilegia os textos na sua autossignificação. De outro, da visualização de insuficiências nos estudos de Caio Prado Jr. a partir de preocupações e parâmetros analíticos contemporâneos, como resistência silenciosa, pequenas transgressões, negociações, contribuições culturais dos grupos sociais oprimidos, para citar alguns.

14 O fechamento da *Revista* encerrou a possibilidade de Caio Prado ter contatos mais constantes com intelectuais iniciantes. Isso porque foi a *RB* que lhe deu a “única oportunidade de contatos regulares com jovens intelectuais recém-saídos da USP (entre eles Fernando Henrique Cardoso, Rubens Paiva, Almino Afonso, Fernando e Marcos Gasparian), que lhe solicitaram um curso sistemático sobre a realidade brasileira, com a duração de alguns meses. Realizou-se este em 1956, na garagem de uma residência particular nos Jardins.” (PRADO, 1989, p. 42) Gorender afirma que Caio Prado tentava relançar a *Revista Brasileira*, plano que, infelizmente, como é sabido, não se concretizou (cf. GORENDER, 1989, p. 262).

15 No segundo volume de sua produção sobre a ditadura militar no país, Elio Gaspari recupera passagens dessa entrevista concedida à *Revista Revisão* que, a seu ver, nada mais era do que uma publicação artesanal, de circulação irrelevante, sendo mais adequado chamá-la de folheto. A entrevista lhe parece medíocre pelas perguntas (“Qual é a importância da organização da classe operária?”) e banal pelas respostas (“Acho que a organização do proletariado é uma tarefa de fundamental importância”). Mas, para ele, os estudantes queriam mesmo era saber a opinião de Caio Prado sobre a luta armada, assunto de que ele ali tratou quatro vezes: “‘A revolução brasileira terá uma solução pacífica ou armada?’ Isto nunca se sabe. Não sou profeta, nem sei qual a maneira prática de realizar a revolução. (...) A existência ou não da luta armada depende das circunstâncias do momento, da situação tal como ela se apresenta.’; ‘Como vê o movimento estudantil no Brasil com respeito à revolução socialista?’ Não acredito que os estudantes sejam os possíveis líderes da revolução, mas acho que têm condições de estimularem o proletariado urbano e rural para que iniciem sua luta. Agora, como guerrilheiros, não acredito. Vocês, que são estudantes, veem a possibilidade de um grupo de estudantes se armarem e se tornarem guerrilheiros?’; ‘Os trabalhadores podem chegar ao poder pela via pacífica, ou não?’ Não sei. Acredito que pode ser através de uma forma ou de outra. Mesmo a luta armada tem uma porção de graus: vai desde o choque de rua até a guerra civil.’; ‘Qual é a solução para este problema?’ Não devemos discutir a forma de luta, e sim começar a lutar. Depois, são as contingências do momento que vão indicar que espécie de luta se vai fazer. Se se dissesse, concretamente, que existem em São Paulo 30 ou 50 mil trabalhadores dispostos a pegar em armas e tomar o poder, é evidente que a nossa tarefa é arranjar armas para estes operários e ajudá-los a tomar o poder. Mas não adianta programar a luta armada se não existem os elementos capazes de concretizá-la. A forma de ação é determinada pelas circunstâncias e condições do momento.’” (GASPARI, 2004, pp. 230-1)

Não seria o momento aqui, dada a natureza deste artigo, de nos determos na crítica pontual a cada um de seus intérpretes. Até mesmo porque, em alguns casos, falta-lhes densidade teórica que justifique o esforço – já que fazem críticas despropositadas, destituídas de fundamento no ideário de Caio Prado, ficando no âmbito da desmoralização gratuita de seu pensamento. A outros, porque as análises realizadas podem, de certo modo, ser sintetizadas em algumas linhas comuns de interpretação.

Pode-se, de maneira geral, condensar as críticas mais referenciadas à acentuação caiopradiana do caráter de “atraso” da formação social brasileira, que o impediria de ver as transformações qualitativas que estavam ocorrendo no setor produtivo do país, e à concentração da análise no setor da circulação, e não no da produção. Para além destes reparos, praticamente consensuais, alguns intérpretes acreditam haver em seus escritos certo determinismo geográfico quando da análise da colonização; percebem, também, a existência de um dado teor racista, quando trata da situação do escravo no país; e, ainda, a ênfase dele aos aspectos macroeconômicos teria obstaculizado a apreensão de uma significativa dinâmica interna da Colônia.

Sinteticamente, no que diz respeito ao determinismo geográfico, vale apenas lembrar que, para ele, as questões geográficas faziam parte de um conjunto de elementos que explicavam a conformação do processo de colonização do território que seria o Brasil, tendo como *centro determinativo* os interesses comerciais, resultantes do momento histórico europeu – domínio do capital comercial.

O que se observa em suas obras é que a adoção do “materialismo histórico”, da determinação da esfera material, não obstaculizou a retratação de uma vida pulsante de indivíduos atuantes, sua constante preocupação. *Formação do Brasil contemporâneo* é exemplo lapidar desta questão: desfilam às nossas vistas a formação e conformação de uma sociabilidade, não de estruturas estáticas, mas de indivíduos construindo um modo específico de vida. A escrita, muitas vezes detalhada, leva-nos a formar em nossa cabeça imagens de um Brasil em constituição, com indivíduos, natureza, trabalho, poder, religião e as mazelas decorrentes das relações estabelecidas.

Quanto ao racismo, alguns autores avaliam que ele cometeu “deslizes”, e outros, que ele não conseguiu romper com o pensamento racista. É correto afirmar que, ao tratar da escravidão, utilizou termos extremamente fortes, que passam, se tomados isoladamente, por racistas. Todavia, não é lícito, por decorrência, atribuir racismo à sua obra. Ela, no conjunto, cumpre o papel de desvelar o triste papel relegado aos negros, aos índios e aos marginalizados de modo geral. Prado Jr. sempre procurou historicizar os componentes observados na realidade nacional, desmistificando, por exemplo, a indolência do índio, demonstrando que ele era ativo como qualquer outro em tarefas que faziam sentido para ele.

A terminologia deve ser entendida como mais do que “deslizes” ou “cochilos”: são consequência de inauguração de uma nova maneira de analisar a realidade brasileira, pois, ao mesmo tempo em que buscava novos procedimentos analíticos, não tinha a seu dispor o vocabulário próprio para designar suas descobertas. O entrelaçamento entre esses polos fez que a terminologia estivesse, em vários momentos, aquém do feito realizado. Trata-se mais de uma terminologia que não dava conta dos novos procedimentos analíticos que tentava instaurar, que ficou abaixo de suas descobertas, do que de racismo.

Outro limite apontado, em especial pelo “grupo do Rio de Janeiro”¹⁶, refere-se a sua ênfase aos aspectos macroeconômicos, que teria obstaculizado a apreensão de uma significativa dinâmica interna da Colônia. Isto porque, segundo este “grupo”, a sociedade colonial apresentava uma dinâmica própria, não completamente subsumida às imposições externas, possuindo uma relativa independência frente ao mercado internacional. Ou seja, a Colônia contaria com um mercado interno, de “acumulações endógenas”, e com uma “comunidade mercantil residente”.

Pode-se afirmar, que, na ânsia de privilegiar os aspectos internos da Colônia, esses novos pesquisadores confundem questões importantes. Como esclarece Fernando Novais, essas produções historiográficas desconsideram a não-incompatibilidade do modelo interpretativo que criticam com o desenvolvimento interno. A seu ver, Caio Prado demonstrou claramente que a contradição do sistema consistia justamente no fato de que a nossa economia produzia para fora, mas não conseguia fazê-lo sem desenvolver, ao mesmo tempo, o mercado interno. De maneira que essas análises têm o mérito de demonstrar a existência do mercado interno, já afirmado por ele. E vai mais longe: “Se eles lessem os trabalhos de Caio Prado Jr., de Celso Furtado, pelo menos, sem querer de saída procurar o que está errado para dizer que estão falando coisas novas, procurando saber como é que você aprofunda isso para ir em frente, eles chegariam a uma conclusão importante, que seria uma contribuição importante”. E arremata: “Eu acho incrível como as pessoas querem fazer todas elas uma ruptura epistemológica. Querem ‘fundar o saber’, ninguém se conforma em ter uma contribuição importante. A academia é uma fogueira de vaidades, a mídia acentua isso.” (NOVAIS, 2002, p. 141)

Avançando para o outro ponto, diversos intérpretes criticam sua visão do processo de desenvolvimento industrial do país. Avaliam que ele não teria atinado para a modernização que estava em curso, uma vez que privilegiava o âmbito da circulação. É fato que Caio Prado sempre demarcou que nossa economia reiterava os

16 Ligado às concepções de Maria Yedda Linhares, Ciro Cardoso e outros.

mecanismos do passado, ainda que em moldes novos, distanciando-se dos padrões de desenvolvimento dos países centrais e das reais necessidades do país. Mas também é fato que não ignorou as alterações que o setor produtivo sofreu ao longo do tempo, as quais sempre foram avaliadas pelo critério social, isto é, se eram suficientes para atender às demandas sociais nacionais. A análise que realizou das políticas levadas a cabo nos governos de Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart seguiu este critério. Como atestava que as políticas governamentais não alcançavam tais objetivos, suas análises assumiam um tom de clara denúncia e combate, tanto a estes governos quanto às chamadas forças progressistas da época, incluindo o PCB, que se mostravam limitadas e desorientadas no desempenho de seu papel histórico.

Tal procedimento e a avaliação de que o Brasil não conseguia avançar para um desenvolvimento efetivo reapareceriam no “*Post scriptum* de 1976” de *História econômica do Brasil* e “*Perspectiva em 1977*” d’*A revolução brasileira*, quando da análise da conjuntura nacional (“milagre econômico”) interligada com a internacional (imperialismo), procedimento típico dele. Se não, vejamos: “Realmente, que nos trouxeram estes milagrosos anos de prosperidade? Não são certamente os progressivos índices do PNB, com que os economistas ortodoxos se iludem e iludem os outros, que darão, por si, uma resposta aceitável”. Diversamente, “Para se avaliar o real desenvolvimento brasileiro por obra e graça do milagre, consultem-se de preferência os dados que efetivamente representariam o progresso do país e de seus habitantes”, a saber: “no conjunto, vive melhor a massa da população brasileira? Abriga-se melhor? Alimenta-se mais fartamente e melhor? Cuida melhor de sua saúde? Ascendeu o nível de sua cultura? Não creio que se possa afirmá-lo.” (PRADO JR., 1978a, p. 242)

Percebe-se claramente que seu critério de avaliação estava centrado na possibilidade ou não de efetivação de tais medidas no sentido de permitirem um desenvolvimento com inclusão social e que conduzissem o país na direção contrária à da cristalização do velho “sistema colonial”, continuamente reiterado e que precisava ser rompido.

Diversamente, tinha-se a reiteração do *círculo vicioso*: uma economia exógena, que em primeiro lugar não atendia aos interesses internos. Produto do estatuto colonial desde sua gênese que foi, ao longo dos tempos, cristalizando-se, conformando um crescimento desigual e subordinado e comprometendo um desenvolvimento autossustentado. Círculo vicioso este que, ao longo da história, foi composto de elementos e situações diversos, mas que manteve sua base essencial: a exclusão das classes trabalhadoras dos resultados da riqueza produzida e dos processos políticos, o baixo padrão de vida das massas e a violência costumeira desencadeada contra elas.

A teoria da revolução brasileira e o acerto de contas com a esquerda

Caio Prado Jr., ao longo de sua vida, sempre esteve no centro de embates e foi obrigado a fazer escolhas. As dificuldades para ser reconhecido enquanto intelectual o lançaram na trilha do bom combate: se, de um lado, preservar sua autonomia teórico-analítica dos cânones da III Internacional perante seus pares políticos lhe rendeu certo ostracismo no Partido¹⁷, por outro, as inúmeras tentativas realizadas para garantir o ofício de historiador no âmbito da academia lhe foram negadas por ser militante comunista.

A partir da segunda metade dos anos 1950, no entanto, com a fundação da RB, consolidou uma produção intelectual madura e independente, revelando um traço de nossa formação social presente desde seus primeiros escritos de 1930: a lógica da acumulação da economia brasileira, alternando fases de um progresso ilusório seguidas por uma irremediável decadência. Ainda assim, o reconhecimento da produção caiopradiana como uma das mais férteis reflexões do pensamento brasileiro contemporâneo tinha um longo percurso a ser perseguido.

Foi nesse momento que veio à luz uma de suas obras mais significativas e corajosas, *A revolução brasileira*, publicada em 1966, portanto, ainda sob o impacto do golpe de 1964. Nela, de forma radical, retoma os pilares centrais de sua crítica, quais sejam, a atuação contundente contrária ao esquematismo stalinista e, como consequência, a análise da realidade brasileira e dos erros da atuação da esquerda, em particular, do PCB, agremiação da qual fazia parte. No entanto, esses pressupostos ganharam força e ação e foram em parte confirmados na tragédia do golpe desferido contra a classe trabalhadora e a nação brasileira.

Como os membros da esquerda – em especial o PCB –, seus pares em tese, posicionaram-se? Como a intelectualidade recebeu o livro naquele momento? Como Prado Jr. retomava aquelas questões em circunstâncias tão especiais? Afinal, se as temáticas eram conhecidas, chamava a atenção para os desdobramentos de uma tragédia anunciada.

Iniciando pelas reações do Partido, as críticas vieram, dentre outros, de Assis Tavares, pseudônimo do ex-deputado Marco Antônio Coelho Tavares, e do escritor pernambucano Paulo Cavalcanti. Ambos questionaram, fundamentalmente, a inexistência de restos feudais, de uma burguesia anti-imperialista e a crítica à política de

¹⁷ Ainda que admirado por alguns companheiros, Caio Prado não pertenceu às esferas da direção do Partido e suas ideias não estiveram presentes nas análises desta agremiação durante momentos determinantes da história brasileira.

alianças realizadas. Cavalcanti reafirmava, ainda, as teses clássicas do partido, valendo-se de autores como Nelson Werneck Sodré e Alberto Passos Guimarães¹⁸, para responder de maneira cabal à problemática das origens da propriedade agrária no Brasil, bem como ao significado da escravidão no país. Afirmava que,

Diante de tanta referência histórica (...) cuidamos que não se pode mais pôr em dúvida a existência, no Brasil, de restos feudais (...). Em verdade, é exatamente na história e nas crônicas do desenvolvimento das ideias sociais no Brasil que as esquerdas foram encontrar subsídio para construir todo o arcabouço científico dos fundamentos conceituais da Revolução dos nossos dias. (CAVALCANTI, s/d, p. 31)

Ainda no universo dos comunistas, Leandro Konder qualificou o lançamento de *A revolução brasileira* como um livro “altamente polêmico”. Em resenha¹⁹ para a *Folha da Semana*, em 1966 ou 1967, o autor discordava de alguns pontos centrais da análise realizada pelo historiador paulista que polemizavam com a leitura programática do Partido em questão: a inexistência de “condições semifeudais” na estrutura agrária brasileira, assim como de uma burguesia nacional capaz de integrar uma frente anti-imperialista. Outros pontos polêmicos do texto de Caio Prado Jr. consistiam na condenação do apoio das forças populares à candidatura Juscelino Kubitschek e na negação “sectária” do nacionalismo de marechal Lott.

Fora da esfera do Partido Comunista, Florestan Fernandes, em artigo publicado em 1968 “Sobre ‘*A revolução brasileira*’²⁰”, explicitava sua concordância com Caio Prado na análise dos equívocos políticos sistemáticos da esquerda. Reiterava, ainda, a necessidade de compreender os fatores intelectuais da funesta separação estabelecida entre o socialismo e a ação política em certos setores da esquerda brasileira, mesmo que esta implicasse propiciar aos círculos conservadores o “sabor de uma vitória moral”. No entanto, para Fernandes, o programa proposto por Prado Jr. não ultrapassava os limites do desenvolvimento do capitalismo e “seria perfeitamente exequível por uma burguesia nacional bastante autônoma, inteligente e criadora para combinar, em bases puramente capitalistas, alguma sorte de *welfare state* com crescimento econômico acelerado” (FERNANDES, 1980, p. 87).

Anos mais tarde, Marco Aurélio Garcia, comentando a referida obra de Caio Prado Jr., sem o impacto imediato dos acontecimentos, mas lembrando seu tom polêmico, afirmaria que o texto era pertinente ao momento em que veio à tona e as críticas que encerrava eram velhas conhecidas. No entanto, se “antes de 64 as posições de Caio eram absolutamente ‘contra a corrente’”, “Agora elas se viam subitamente revalorizadas pelo desfecho dos acontecimentos de 64, que, ao golpear duramente as políticas hegemônicas no interior das esquerdas, havia comprometido as bases teóricas sobre as quais elas se haviam construído”. E ressaltava que o texto “assumia um forte tom polêmico; criticava duramente o Partido Comunista, atacando os fundamentos de sua política desde 1928, pelo menos, denunciando igualmente a indulgência de sua elaboração intelectual”. E mais: “o livro não poupava inúmeros aspectos da política contingente das esquerdas: o relacionamento com os governos Kubitschek e Goulart, o apoio à candidatura do marechal Teixeira Lott, em 1960, entre outros” (GARCIA, 1989, p. 273).

Retomemos, porém, os objetivos de Caio Prado em sua obra *A revolução brasileira*, em que fez um acerto de contas com a esquerda da época, em especial com seu partido, o PCB.

O golpe de 1964 foi certo. Foi um golpe nas esquerdas, que em boa parte foram tomadas de surpresa, pois se consideravam próximas do poder, quando, na realidade, estavam desarticuladas e longe do povo. No entanto, Caio Prado Jr. foi um dos poucos que reagiram de pronto, o que foi constatado pelo seu posicionamento crítico e rápido ao longo dos acontecimentos, mas fundamentalmente ao produzir uma obra da envergadura e densidade, *A revolução brasileira*, em tão curto espaço de tempo.

Como afirmamos, seu posicionamento discordante no que tocava às análises da estrutura social brasileira já se manifestava de longa data, principiando nos anos 1930 e se aprofundando nas décadas seguintes. Seus pressupostos analíticos consolidaram-se nos inúmeros artigos publicados na RB e explicitavam-se no não reconhecimento da existência de uma burguesia nacional e democrática em luta contra o imperialismo e o latifúndio²¹. De sua pena

18 Vale lembrar que as análises de Alberto Passos Guimarães e Nelson Werneck Sodré conformavam a linha interpretativa dominante no Partido Comunista. *História da burguesia brasileira*, publicada em 1964, é, entre outras, obra de referência de Werneck Sodré. Nela, o autor explicita o surgimento do feudalismo no Brasil, da burguesia nacional e seu desenvolvimento na direção de um posicionamento anti-imperialista e antilatifundiário, bem como a necessidade de uma frente dessa categoria social (burguesia nacional) com os setores do trabalho para garantir o seu processo de libertação.

19 Acondicionada no Acervo Caio Prado Jr., do IEB.

20 Publicado no *Jornal da Senzala*, em 1968, sob o título dado pelos redatores “Caio Prado não disse tudo”.

21 De forma contundente, reafirmava essa noção n’*A revolução brasileira*: “embora a burguesia brasileira, ou antes alguns de seus representantes, possam individualmente entrar em conflito com a poderosa concorrência de empreendimentos estrangeiros, e esse conflito se traduza eventualmente em ressentimentos contra o capital estrangeiro, não se verificam na situação brasileira circunstâncias capazes de darem a tais conflitos um conteúdo de oposição radical e bem caracterizada, e muito menos de natureza política. A ‘burguesia nacional’, tal como é ordinariamente conceituada, isto é, como força essencialmente anti-imperialista e por isso progressista, não tem realidade no Brasil, e não passa de mais um desses mitos criados para justificar teorias preconcebidas; quando não pior, ou seja, para trazer, com fins políticos imediatistas, a um correlato e igualmente mítico ‘capitalismo progressista’, o apoio das forças políticas populares e de esquerda.” (PRADO JR., 1978a, p. 121)

brotava a crítica às políticas nacionalistas e às alianças com a burguesia e com o comportamento da esquerda em relação aos governos JK e Goulart. Desconsiderava, ainda, os esquemas empobrecedores da falsa teoria marxista que sugeria a evolução sequencial dos modos de produção.

O entendimento do trágico desfecho histórico ocorrido em 1964, portanto, deveria ser procurado na incapacidade de compreensão daquele momento histórico pelas esquerdas (em particular, o PCB) ao perspectivar ações sem que a realidade tivesse condições de comportá-las, o que culminou com a derrota das forças de oposição e do avanço dos movimentos sociais. Afirmava:

será pela consideração, análise e interpretação da conjuntura econômica, social e política real e concreta, procurando nela sua dinâmica própria, que se revelarão tanto as contradições presentes, como igualmente as soluções que nela se encontram imanentes e que não precisam ser trazidas de fora do processo histórico e a ele aplicadas numa terapêutica de superciência que paira acima das contingências históricas efetivamente presenciadas (PRADO JR., 1978a, pp. 15-6).

O “desastre de 1º de abril” só confirmou a incapacidade teórica e a debilidade orgânica em que se encontrava a esquerda brasileira. As condições objetivas da realidade social se acirravam rapidamente a partir da renúncia de Jânio Quadros, quando se impuseram paulatinamente o movimento sindical e suas centrais por um quadro de reformas sociais desencadeadoras de transformações.

Os comunistas, no entanto, sustentavam como solução para a superação desse quadro uma revolução agrária, antifeudal e anti-imperialista, de modo que “uma simples passeata militar bastou para deitar por terra a aventura e dispersar sem maior esforço os iludidos pseudo-revolucionários”. Estes, por conta dessa incompreensão, foram incapazes de mobilizar as forças reais. No que diz respeito ao proletariado, não ultrapassou as “reivindicações salariais imediatas”. Mas Caio Prado lembrava que o problema de ressonância com as massas rurais era mais agudo: “o assunto se apresentava muito mais complexo, (...) pois as prédicas para uma massa trabalhadora rural fantasiada para a circunstância de campesinato do tipo europeu dos séculos XVIII e XIX, e as imprecações contra o ‘feudalismo’, não encontravam aí, nem podiam encontrar, nenhuma ressonância” (PRADO JR., 1978a, pp. 23-4).

Quais os pressupostos que alimentavam essa interpretação enviesada da realidade brasileira, capaz de criar a ilusão de vivenciarmos uma situação pré-revolucionária da qual a esquerda tinha controle? Afinal, foi este o quadro que “deslumbrou e estimulou as esquerdas brasileiras – a sua parte honesta e sincera, sem dúvida, porque interesses personalistas também tiveram aí o seu papel – a prosseguirem em sua desacertada ação política”. No entanto, ao apresentar mais uma peça de ficção do que proposta concreta, os comunistas foram incapazes de “despertar e mobilizar, senão em proporções mínimas e largamente insuficientes, as verdadeiras forças e os impulsos revolucionários. E que por isso se perdeu em estéril agitação” (PRADO JR., 1978a, p. 27).

A raiz dessa indignação teórica deveria ser explicada pelas condições históricas de nossa formação. Trata-se de um país de herança colonial, com forte presença no setor agroexportador, sem tradição de um pensamento que deslindasse a realidade brasileira e onde a classe trabalhadora, diminuta, e principalmente a grande massa rural, possuía reduzido nível de consciência revolucionária e experiência política. Sendo assim, as primeiras formulações do PCB, que datam da década de 1920, foram produzidas sob condições adversas e desconheciam as principais obras do pensamento marxiano. Soma-se o fato de que o movimento comunista se internacionalizava e a hegemonia stalinista se consolidava, subordinando parcelas dos partidos comunistas latino-americanos.

A ausência de estudos particulares que captassem as contradições históricas de uma realidade pouco desenvolvida e com fortes traços coloniais, aliada à debilidade ideológica dos quadros do Partido, contribuiu para a possibilidade do emprego de modelos abstratos que enquadravam nossa realidade em uma sequência evolutiva de modos de produção, em cujo primeiro estágio se encontraria a transição do sistema feudal para o capitalista – caso do Brasil. A próxima etapa revolucionária seria a “democrático-burguesa”, e em seguida o modelo socialista. Desconheciam as questões específicas comuns às formações econômicas dependentes latino-americanas, como o passado colonial e a questão dos povos indígenas, entre outras.

Numa rápida retrospectiva, vejamos os pontos principais de sua crítica aos equívocos da teoria da revolução brasileira. No Brasil, perspectivava-se garantir a transição de uma economia de base feudal-camponesa para uma de pequenos proprietários. Desconsiderava-se, portanto, a origem da grande propriedade de terra: agroexportadora e centrada no trabalho escravo. E mais, desconhecia-se que, na transição para o trabalho livre, a luta era distinta daquela do camponês europeu. Diferentemente deste, o trabalhador lutava por melhores condições de remuneração, na qualidade de “assalariamento”, e não pela posse da terra.

A essa análise – que buscava a superação dos restos feudais presentes em nossa formação e a transição para o capitalismo e a democracia burguesa – somou-se outra característica, a luta anti-imperialista presente nos países coloniais asiáticos explorados pelas potências europeias e tema de outro “modelo de entendimento da realidade”. A partir daí chegou-se a uma formulação econômica e social comum aos países latino-americanos, constante no Programa da Internacional Comunista e adotado pelo VI Congresso Mundial, reunido em Moscou em 1928.

As temáticas se reproduziram em 1949, como comprovado no texto “Informe político” de Luís Carlos Prestes ao Comitê Nacional e aprovado sem cortes:

A luta do nosso povo contra a miséria, o atraso e a ignorância, a luta contra a exploração e a opressão crescentes, pelo progresso e pela democracia é, antes de tudo, a luta pela independência nacional, contra o jugo colonizador do imperialismo norte-americano. Mas é igualmente a luta contra os restos feudais, contra as formas pré-capitalistas de exploração, em que se baseia o imperialismo, adaptando-as aos seus interesses. (*Apud* PRADO JR., 1978a, p. 66)

A novidade apresentada em relação à Ásia e à África consistia apenas na restrição ao imperialismo norte-americano. Em 1954, Prestes retomou essa mesma linha de interpretação em nome do Comitê Central, no IV Congresso do Partido. Outra não foi a situação em 1964, comprovada pelo último documento teórico publicado pela direção do PCB antes do golpe militar, “Teses para discussão preparatória do VI Congresso do Partido”, retomando as mesmas posições de 36 anos antes quanto à caracterização do nosso país por meio de modelos arbitrariamente generalizados. Caio Prado concluía, portanto, que a distorcida compreensão das relações de trabalho, de classe e da economia, aliada à noção de uma burguesia nacional anti-imperialista, contribuíram enormemente para os graves equívocos na linha política adotada por setores da esquerda.

Em *A revolução brasileira*, ao avaliar as possibilidades das forças sociais para a realização das transformações necessárias, Caio Prado Jr. examinava um dos temas mais caros ao seu pensamento, a questão agrária²². Ao apontar a estrutura do campo brasileiro e as relações de produção aí desenvolvidas, constatou o desvio das formulações comunistas e o emprego de esquemas interpretativos genéricos que contribuíram para reivindicações inadequadas e a não organização dos trabalhadores rurais.

De fato, constatava que a face mais cruel da exploração dos trabalhadores brasileiros encontrava-se no campo, não só em termos numéricos, mas por ainda encerrar traços de nossa herança colonial. No entanto, se aos trabalhadores rurais caberia o papel relevante de impulsionar a luta pelas razões citadas, questionava-se:

estarão esses interessados, a massa trabalhadora rural, à altura da tarefa, e capacitados e decididos a levá-la adiante com a energia, intensidade e demais condições que se fazem necessárias e o caso exige? Referimo-nos naturalmente a uma “capacidade” presente e incluída nas circunstâncias atuais ou pelo menos previsível num futuro próximo. De algo imediato, e não de projeções a longo e incerto prazo (PRADO JR., 1978a, p. 172).

Observe-se, porém, que argumentava que a massa rural naquele momento assumia “posição bem diferente de anos passados, quando o que a caracterizava era um conformismo poucas vezes interrompido por alguns raros surtos de reação” (PRADO JR., 1978a, p. 172). A nova condição dos trabalhadores rurais nordestinos, mais conscientes de sua força, era resultado das lutas desencadeadas por melhores condições de vida e trabalho, tendo como suporte o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) – que, mesmo precário, abria flancos para essa luta sob a forma legal, desencadeada quase às vésperas do golpe de 1964. No entanto, não poderiam prescindir do conhecimento e condução do proletariado urbano nesse processo, pois estes possuíam mais experiências em ações políticas e de mobilização de lutas. E, ainda, havia algo que os identificava: o posicionamento e as reivindicações contra uma mesma classe, a burguesia; além de partilharem uma mesma origem – o campo.

O avanço das lutas no meio rural, portanto, tinha como pressuposto a aliança entre trabalhadores do campo e da cidade, por meio da organização sindical desses trabalhadores com o auxílio do proletariado, pois a maioria da massa rural brasileira encontrava-se desorganizada. Assim,

A organização sindical não significa apenas o enquadramento da luta reivindicatória, mas é igualmente a educação e elevação cultural dos trabalhadores. É principalmente através dela que o proletariado levará a seus irmãos do campo sua experiência, suas perspectivas; o que é da máxima importância na atual conjuntura histórica. (PRADO JR., 1978a, pp. 178-9)

Na particularidade brasileira, no entanto, devido às condições históricas, a aliança entre os trabalhadores urbanos e rurais ficava prejudicada, uma vez que “o trabalhador urbano forma no Brasil, e no que respeita ao conjunto da massa trabalhadora do país, uma categoria sob certos aspectos privilegiada. E assim se considera”. Isto porque o trabalhador urbano, ao afastar-se de sua origem, acabava considerando sua vida na cidade melhor do que aquela que possuía anteriormente. Portanto, “Relembra-lo desses laços, e torná-lo consciente do fato de que, pelo menos no que respeita aos seus interesses econômicos e às perspectivas de suas lutas reivindicatórias, tais laços são indissolúveis (...), contribuirá fortemente para o redespertar de uma solidariedade indispensável à consolidação da aliança de trabalhadores urbanos e rurais”. De maneira que “Era e ainda é tanto mais importante conduzir e

²² Temática essa que ele perseguiu ao longo de sua vida e foi tema especial de artigos para a RB. Será examinada em item separado, logo à frente.

estimular por essa forma a aliança do proletariado com os trabalhadores rurais, que, nas circunstâncias históricas em que se formou o proletariado brasileiro, ocorrem fatores negativos, os quais de certo modo embaraçam o estabelecimento daquela aliança” (PRADO JR., 1978a, p. 175). Temática esta, vale ressaltar, desconsiderada pelo PCB, que encabeçava a luta com outros setores da esquerda.

Conclusivamente, Caio Prado Jr. entendia que as condições objetivas da realidade brasileira no plano econômico-social encaminhavam-se para as reformas pretendidas pelos setores mais organizados das classes trabalhadoras do campo e da cidade e que estavam se posicionando em torno das reformas de base. Ressalvava, outrossim, a necessidade do desenvolvimento de uma orgânica partidária e do entendimento da particularidade da realidade nacional (consubstanciada na teoria da revolução brasileira), autônoma com relação ao marxismo vulgar e à dominação ideológica burguesa. O golpe de estado de 1964 foi desencadeado e esses setores foram os mais atingidos, pondo abaixo as ilusões sociais construídas com essa burguesia nacional e consolidando a natureza bonapartista dos nossos proprietários, associada ao capital internacional.

A questão agrária: o retrato da miséria do campo brasileiro

A questão agrária brasileira, a partir de Caio Prado, pôde ser conhecida de uma maneira mais rica e próxima da sua real situação. Vale reafirmar os limites historiográficos enfrentados por ele quando do estudo dessa temática, o que torna suas descobertas mais valiosas. Procurou sempre que possível conhecer a realidade nacional *in loco*, em diversas incursões pelo país. As eventuais imprecisões não comprometeram o essencial das suas análises, que contribuíram para o conhecimento em novas bases da organização da estrutura agrária brasileira, das relações de trabalho específicas que ali se estabeleceram e, como decorrência, das tarefas da revolução brasileira, contrapondo-se à visão dominante na esquerda da época sobre a existência de “restos feudais” e desmistificando a ideia de que as lutas em curso no campo tinham um cunho revolucionário²³.

Não pretendeu, como ele próprio afirmava, fechar a análise sobre a questão agrária, mas oferecer elementos que colocassem a discussão em outros termos, fugindo de modelos artificialmente transportados para nossa realidade, de modo a impedir medidas irreais e incabíveis na condição brasileira – como a luta pela superação do “feudalismo” mediante o apoio de forças sociais também fantasiosas, a exemplo da burguesia nacional.

Valendo-se do recenseamento, realizado nos anos 1950, diagnosticava, em artigo para a *RB*, “Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil”, de 1960, que o desenvolvimento insuficiente da indústria fazia que as atividades rurais fossem a base fundamental da economia brasileira. O meio rural era uma parcela do retrato de uma sociabilidade que, no seu processo de conformação histórica, de uma economia voltada para interesses externos, não foi capaz de absorver as classes trabalhadoras em geral em seu seio. O descarte da escravidão e a adoção do trabalho livre não modificaram essa face nefasta do campo brasileiro, que resvalava para o todo da realidade nacional. Pode-se dizer, reafirmando, que as classes dominantes fizeram da exclusão e da violência as armas para sua manutenção no poder econômico, social e político.

Caio Prado não deixou de demarcar que, do período colonial aos dias em que vivia, havia transcorrido um grande espaço de tempo que assistiu a importantes alterações na tosca estrutura do passado, como o aumento demográfico, o desenvolvimento de várias atividades econômicas, incluído o setor industrial – propiciador do desenvolvimento do meio urbano e da configuração de um mercado interno, inexistentes sob os mesmos moldes no período colonial. Contudo, as visíveis modificações não foram suficientes para distanciar o antigo sistema colonial, bastando verificar a ultrapassada maneira de uso da terra e a estrutura agrária daí resultante. Ou seja, ainda se conservava a ampla exploração agromercantil voltada para os interesses alheios ao país. Nada mais era do que a reposição contínua desse círculo vicioso, ainda que sob novas vestes. O tripé grande propriedade/monocultura/trabalhadores não-proprietários, sobre o qual se assentou a sociedade brasileira, impediu que se constituísse no país um mercado interno de fato, isto é, uma vida economicamente independente e autônoma.

23 Para se ter uma ideia do seu feito quanto à análise do campo brasileiro, vale menção: J. Chasin, ao realizar, com uma equipe, pesquisa com as lideranças do campo presentes no I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizado em novembro de 1961, na cidade de Belo Horizonte, ilustrava a dificuldade de estudos nessa área. Afirmava que “Estudar as lideranças efetivas do movimento camponês é evidentemente tarefa das mais árduas, nas condições brasileiras, onde dificuldades de ordem geográfica e obstáculos derivados das discrepâncias regionais emparelham com o caráter pioneirístico que qualquer abordagem do tema, no momento, subentende”. Até mesmo porque “a juventude do próprio movimento não cristalizou, ainda, padrões e atitudes de conteúdo bem delimitado e passíveis de um reconhecimento preciso. Aliás, é exatamente essa relativa fluidez que tem dado origem a controvérsias, exploradas, de um lado, maliciosamente pelas forças políticas e sociais defensoras da atual estrutura agrária, e doutro por agrupamentos políticos, oriundos essencialmente da parcela intelectualizada da pequena burguesia, que buscam interpretar os acontecimentos verificados ultimamente no campo como a demonstração cabal da maturidade de uma luta, carente apenas de um estímulo mais vigoroso, para se transformar no vetor decisivo da radicalização da revolução brasileira” (CHASIN, 1962, p. 102).

As suas análises sobre a questão agrária, desdobradas nos artigos para a RB e sintetizadas n' *A revolução brasileira*, retomavam e desdobravam estudos das décadas de 30 e 40 do século passado, como pode ser observado em *Evolução política do Brasil* (1933), a série de oito artigos que publicou no jornal *A Platéia*, quando da exposição do programa da ANL (1935), *Formação do Brasil contemporâneo* (1942) e *História econômica do Brasil* (1945), entre outros²⁴.

A importância dos seus escritos sobre esta temática ficou evidenciada quando, em 1978, ao fazer a apresentação do livro *A questão agrária*²⁵ – coletânea dos artigos sobre este assunto publicados anteriormente na RB –, ressaltou sua validade, editando-os sem alterações, uma vez que, a seu ver, “Se houve pois alguma modificação de 1964 a esta parte, foi no sentido de consolidar, repetir sob novas formas e estender os velhos padrões, no fundamental, do passado colonial, isto é, o fornecimento e disponibilidade de mão de obra de fácil exploração e custo mínimo”. Por conta disto se partia, naquele momento, no que tocava à questão agrária, “do mesmo ponto e marco zero em que nos encontrávamos” quando os textos foram redigidos. De modo que, “Justifica-se assim o retorno a publicações datadas embora de tão afastado momento”. Motivo mais grave caso considerasse, segundo ele, a sobrevivência de velhas concepções defeituosas que ainda admitiam a existência de restos feudais ou pré-capitalistas no campo brasileiro. Eram teorizações que “contrariam, ou pelo menos embaraçam a marcha do que há de se entender, entre nós, como reforma agrária capaz de levar adiante a solução dos problemas da massa trabalhadora rural” (PRADO JR., 2000, p. 9).

Ou seja, uma reforma agrária de resultados positivos somente seria possível com a apreensão adequada da realidade do meio rural e se tivesse claro a quem deveria beneficiar. Conhecimento objetivo e posição de classe definidos eram vistos como elementos fundamentais na luta contra o nosso passado colonial.

Identificava, como exposto no artigo para a RB mencionado, que, por falta de opções, mais da metade da população brasileira sobrevivia do uso da terra e o que caracterizava a economia agrária brasileira era a concentração da propriedade fundiária: o uso da terra se fazia hegemonicamente e de forma crescente em atendimento das necessidades de um pequeno grupo. Como decorrência, a maioria da população tinha um nível de vida material e cultural aviltante. Isto é, o êxito da exploração agrária no país estava ligado à ampla extensão de terras apropriadas por uma quantidade pequena de empreendedores que se transformaria na classe dominante. Tanto a população escrava, mesmo quando liberta, quanto os imigrantes que vieram trabalhar no meio rural jamais puderam disputar o “patrimônio” agrário do país. Sempre lhes coube – exceto os casos relativamente insignificantes dos colonos de algumas zonas do Espírito Santo e do extremo Sul do país (Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina) – o papel histórico de fornecedores de “braços” para essa minoria condutora da agropecuária brasileira.

Considerava um equívoco entender a concentração da propriedade fundiária em geral como resultado da abundância de terras e escassez de pessoas. Afinal, se era realidade que a quantidade de terra era abundante, o mesmo se podia dizer da população. Longe de estar assentada em questões demográficas, na grande maioria dos casos, esta concentração derivava fundamentalmente de fatores sociais e, por decorrência, somente poderia ser resolvida por medidas de natureza social.

Vale lembrar que a sua análise da questão agrária esteve sempre associada à natureza da nossa formação histórica. Era claro para ele que a concentração da propriedade fundiária brasileira era derivada da nossa formação social específica, advinda desde o início da colonização, que foi a montagem de um negócio mercantil com vistas a atender ao comércio europeu. Em função disso foi que se povoou e se consolidou uma organização econômica, política e social no território brasileiro. Foi com essa finalidade que se instalaram aqui os portugueses, na condição de condutores de empreendimentos, utilizando como trabalhadores os povos indígenas – dos que foi possível dominar e domesticar, suprimindo a insuficiência com a importação significativa dos negros escravos africanos. Temos, desse modo, a sociedade constituída, de um lado, pelos empreendedores de negócios e, de outro, por trabalhadores. É claro que aos primeiros coube a apropriação das terras, meio de produção fundamental a ser

24 A título de exemplo, nos artigos elaborados para *A Platéia*, em 1935, de grande significado histórico e político, já apareciam a crítica à importação de modelos analíticos e a avaliação de aspectos cruciais da situação rural e industrial do país. Ali demarcava claramente, de maneira inovadora na historiografia brasileira, ignorada pelos historiadores até então, o significado espoliador do *sentido da colonização brasileira* – um empreendimento voltado para o atendimento de interesses externos, em detrimento dos de seus habitantes. Os portugueses que aqui aportaram não objetivaram o povoamento do território e a constituição de uma sociedade nova, mas a produção de gêneros tropicais. As decorrências dessa situação eram claras: o país se transformou num suplemento dos interesses europeus. Isto, por seu turno, inviabilizou a formação de caracteres que conduzissem à constituição de uma vida própria, à criação de um mercado interno que atendessem às necessidades da população brasileira. População esta cujo contingente era formado, em sua maioria, por escravos, usados como meras ferramentas de trabalho para atender aos interesses externos. A extinção da escravidão não modificou significativamente tal situação, pois os substituíram trabalhadores assalariados também sem autonomia e subsumidos ao grande latifundiário (a importação dos imigrantes da Europa substituiu a importação dos escravos da África). Nota-se, aqui, o prosseguimento de uma linha iniciada em *Evolução política do Brasil*, qual seja, a demarcação dos elementos particulares da nossa formação histórica e que será o traço característico de seus estudos posteriores quando da análise da realidade nacional.

25 A primeira edição foi publicada em janeiro de 1979 mas, como destacamos acima, a apresentação foi redigida em 1978.

explorado. O uso da terra se fazia, nos dias atuais como no passado, não em benefício do povo que nela habitava, labutava e executava suas atividades, mas, fundamentalmente, em função de vantagens comerciais e interesses completamente excêntricos àquela população.

Seus estudos o levaram a constatar que, em todas as regiões, a primazia da atividade agromercantil estava centrada na produção de algum gênero de expressão econômica, enquanto que a produção para atendimento das necessidades da população que trabalhava naquela área era tratada como questão secundária. Notavam-se aí dois tipos de atividade rural, a segunda em desvantagem clara. A produção de gêneros para o consumo interno era realizada nos domínios da grande propriedade rural, cuja atividade era um trabalho complementar dos empregados, e também sob a forma independente de pequenos produtores que labutavam suas terras ou as arrendavam. De toda maneira, ambas sempre intimamente ligadas e submetidas aos altos e baixos da grande exploração local. Quando um gênero de valor comercial estava em franca ascensão, tanto menos espaço e tempo para cultivo eram dados aos trabalhadores para se dedicarem aos produtos destinados ao consumo próprio.

Mesmo a produção de gêneros secundários, realizada por produtores independentes, era diretamente atingida pelas vicissitudes da grande exploração. Até o parcelamento fundiário era decorrente desta contingência. O retalhamento da grande propriedade se dava quando esta perdia a lógica da sua existência – a produção em larga escala de um dado gênero produtivo –, para em seguida se reagrupar quando a situação se invertia. Dado o papel primordial representado pela grande exploração agromercantil na economia rural brasileira, era ela que determinava as relações de produção e de trabalho.

Quanto à questão da remuneração do trabalhador do campo, Caio Prado visualizava três formas distintas, que se combinavam de acordo com o momento e o local. Eram elas a remuneração em dinheiro, em parte do produto ou o uso da terra para fins próprios do trabalhador. Estas formas não eram fixas, variando até mesmo em propriedades próximas, como também de ano para ano.

Numa análise polêmica, destoando da esquerda de seu tempo, caracterizava todos estes casos e outros similares como modalidades de pagamento de serviços, ainda que não em dinheiro. Isto porque julgava que era a prestação de serviços que o proprietário queria do trabalhador. A permissão para cultivo próprio nada mais era que um meio para segurar o trabalhador no local e garantir uma prestação de serviços mais certa e fixa. Mesmo quando este ganhava uma parte do produto, não se configurava especificamente uma parceria clássica, como podia parecer de imediato. Inexistiam aí os demais elementos que constituiriam uma parceria de fato: “Esse instituto jurídico, como se sabe, participa ao mesmo tempo da locação de serviços e do contrato de sociedade. E é este último que prevalece, tanto que são as regras do contrato de sociedade que lhe são subsidiariamente aplicáveis.” (PRADO JR., 1960, p. 215)

A seu ver, não existia nada que se assemelhasse a uma sociedade nas relações entre proprietários e trabalhadores. Aliás, não poderia ser de outra forma, na medida em que estes últimos não tinham nenhuma posse da terra. Eram os proprietários que detinham todos os direitos do solo, controlavam e fiscalizavam as atividades do trabalhador e determinavam a distribuição do produto, não tendo o “parceiro” nenhuma autonomia. Tratava-se, na verdade, de um trabalhador que se diferenciava pela forma de remuneração que recebia. Prevalecia, assim, no campo brasileiro, o salariado, que as inúmeras formas peculiares não desmentiam, isto é, as “outras modalidades de pagamento são apenas substitutos eventuais ditados por circunstâncias de ocasião, e particularmente pelas vicissitudes financeiras da grande exploração” (PRADO JR., 1960, pp. 215-6). Quando havia o progresso de uma atividade, iam desaparecendo as outras ocupações dos trabalhadores e o pagamento assumia formas claras de salariado.

Ele ressaltava essas questões com vistas a demonstrar a real estruturação das relações de trabalho do negócio agropecuário no Brasil, uma vez que estas formas peculiares estavam gerando incompreensões e incorreções na apreensão da questão agrária, confusão teórica geradora de prática equivocada. Referia-se ao PCB, que as caracterizava como “feudais” ou “semifeudais”, como mencionado, por confundir elementos específicos da realidade brasileira com os da Europa. Admitia que, ainda que se considerando as semelhanças, as relações no meio rural brasileiro eram de salariado, mesmo quando revestidas de roupagens que lembravam o caso europeu.

Assim, exceto situações excepcionais, como a de reter o trabalhador por dívidas, o que se observava era a existência de um mercado de trabalho livre na agropecuária brasileira, mesmo que esta liberdade estivesse apenas no terreno jurídico de compradores e vendedores da força de trabalho. Ainda que a alternativa para o trabalhador rural fosse morrer à míngua, juridicamente ele estava na posição de ofertar ou não sua força de trabalho e acordar com o empregador em que condições o faria. Se a remuneração não se efetivasse em base eminentemente monetária, e, sim, sob outra modalidade, isto não ocorreria por nenhum impedimento jurídico ou estatuto pessoal, mas por interesses de cunho mercantil.

Advertia, continuamente, que as cruéis relações de trabalho rurais nada tinham de *feudais*. Elas não eram fixas, ao contrário, eram móveis e ligadas a interesses de mercado de trabalho. Por isto, suas alterações deviam tocar no centro gerador desse desequilíbrio, que era a posição vantajosa que os proprietários de terra tinham nesta relação, dada a grande concentração da propriedade fundiária. Colocava-se, assim, a necessidade de uma adequada

repartição da terra que possibilitasse um maior acesso a ela pelos trabalhadores rurais, com vistas a melhorar suas condições de vida. Mas alertava que “não há que ver aí, por não ser o caso, nenhuma superação de pseudoetapa feudal ou semifeudal, e ‘ascensão’ para o capitalismo” (PRADO JR., 1960, p. 222).

A admissão da existência de feudalismo aqui pressupunha que os “restos feudais” (de meação) eram primitivos e deveriam ser superados pelo capitalismo, ou seja, pelo salariado. Para Caio Prado, este pensamento incorria em erro: ignorava que, historicamente, em muitos casos no país, o salariado antecedeu a meação²⁶. Tratar essa alteração como involução seria a saída para esta teoria, mas mesmo assim de modo inexato tanto para a economia quanto para o trabalhador, pois o que se verificou foi o uso de uma tecnologia mais avançada na produção do algodão sob a forma de meação, ao contrário do ocorrido nas antigas fazendas cafeeiras, de salariado.

Considerava a situação do trabalhador melhor sob o regime de meação, dado que sua remuneração era maior, bem como sua condição de vida era mais elevada. Mais ainda, a meação abria possibilidades para uma aquisição da terra pelo trabalhador. Para sua efetivação, seria necessário oferecer permanência e prosseguimento ao acordo de meação. Acreditava que, dada sua face dinâmica, esta modalidade se mostrava como uma possível fase da reforma agrária, de maneira que uma teoria que distorcesse as relações de trabalho no campo acabava por prestar um desserviço à classe trabalhadora rural.

Em decorrência de todo o diagnóstico que fazia do campo brasileiro, o ETR, publicado no *Diário Oficial* em 2 de março de 1963, era visto por ele como uma das importantes iniciativas de alcance nacional para o encaminhamento de resoluções da questão agrária no país. A sua importância era tamanha que o considerava um remate da lei que tornara extinta a escravidão no Brasil, em 1888, e um dos mais significativos momentos das “apregoadas reformas de base”.

Por conta disso, as chamadas forças populares e progressistas – que, no seu entender, não deram a importância devida à questão e nem sequer acompanharam a elaboração do ETR – eram, mais uma vez, alvo de suas críticas contundentes. Avaliava que, se elas tivessem participado do processo e estimulado um amplo debate em torno do projeto, poderiam ter evitado os equívocos e limites que ele apresentava: constatava que, nos dispositivos do Estatuto, o legislador não levou em conta as especificidades das relações de trabalho do meio rural brasileiro. Transferiu, com raras exceções, as prescrições legais que visavam aos trabalhadores urbanos para os do meio rural – o que, sem dúvida, comprometeria a sua aplicabilidade. Ou seja, as lacunas que o Estatuto encerrava poderiam comprometer a aquisição de direitos por uma parte considerável dos trabalhadores rurais, e mais, propiciar que os empregadores burlassem os direitos previstos.

Eram também alvo de suas críticas os adeptos da reforma agrária a partir da subdivisão da propriedade fundiária, uma vez que eles não deixavam claro como ela poderia se dar na prática. Fixavam esse ponto sem especificar como as pequenas propriedades individuais supririam as funções econômicas e produtivas que a grande propriedade cumpria. Para Caio Prado, a subdivisão não era necessariamente a direção que a reforma agrária deveria tomar em todos os casos. Acreditava que esta poderia ser facilitada ou viabilizada pela aplicação inicial da legislação trabalhista que regulasse as relações de trabalho e protegesse o trabalhador rural. Até mesmo porque uma alteração da organização rural vigente e a subdivisão da propriedade fundiária nos setores mais significativos da agropecuária brasileira somente poderiam ser fruto de um extenso movimento social, e não de um mero texto legal.

Era claro para ele que, sem uma movimentação social de peso, uma reforma de tamanho significado econômico e social não passaria de ingenuidade, afastada da realidade objetiva. Um escrito legal não poderia, por si só, sem bases sociais, garantir uma reordenação completamente diversa da existente até então. Ele não teria essa força e alcance. Além do mais, a seu ver, as forças sociais empregadas na grande exploração rural, naquele momento, não se dirigiam na direção do fracionamento e alteração da sua condição de empregados para pequenos produtores individuais. A luta destes trabalhadores, na situação de empregados assalariados, era por melhores condições de trabalho.

Apesar de considerar interessante a defesa da manutenção do sistema da grande exploração, sob a forma de “propriedade coletiva” – isto é, a grande exploração se efetivaria por “cooperativas de produção”, cujos participantes seriam os “próprios trabalhadores empregados na mesma exploração”²⁷ –, avaliava que esta era uma ideia externa a estes trabalhadores, pois eles nunca colocaram a possibilidade de organização em cooperativa. As relações de trabalho que vigoraram no campo ao longo da história brasileira não prepararam os trabalhadores para exercer a gestão coletiva dos empreendimentos em que laboravam, uma vez que geralmente realizavam suas atividades sem fixar raízes, desempenhando atividades sazonais. Não estabeleciam com eles ligações, sendo ali meros cumpridores de tarefas.

26 Exemplificava com o caso de São Paulo (na cultura do café) que, após a crise de 1930, introduziu-a no cultivo do algodão.

27 Posicionamento, conforme ele, também presente no I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizado em Belo Horizonte, em 1961, e contido na Declaração aprovada pelos participantes (PRADO JR., 1963, p. 7).

Vale sempre ressaltar que, numa posição atípica e geradora de polêmicas com a esquerda da época, defendia ser necessário entender que o trabalhador brasileiro da grande propriedade rural se distinguia do verdadeiro camponês. Ao contrário do primeiro, este último era dirigente e executor das atividades agropecuárias. No caso brasileiro, o trabalhador rural ocupava condição similar ao da cidade: mero empregado, sem preocupação com gestão e administração da produção, interessado apenas na remuneração e condições de trabalho.

Por isso, defendia a aliança entre as lutas reivindicatórias e a legislação trabalhista, que poderia abrir amplas perspectivas de modificação instantânea para o campo brasileiro e para os trabalhadores rurais, ainda que numa organização capitalista. Isso porque considerava a baixa remuneração da força de trabalho um dos elementos do sucesso da agropecuária brasileira, apesar de seus reduzidos níveis tecnológicos e de produtividade. Esta era a peça que garantia ao empresário rural prescindir do desenvolvimento tecnológico, que lhe exigiria maior investimento de capital. Situação somente possível porque “O estatuto miserável do trabalhador rural brasileiro permite dispensar tais despesas e esforços maiores, pois o que se perde, assim, com a baixa produtividade, é recuperado à custa do preço insignificante da mão de obra”. De maneira que, “É claro que numa situação como essa, a valorização do trabalho estimulará e forçará a melhoria da produtividade pelo emprego de processos e técnicas de mais alto nível e rendimento” (PRADO JR., 1963, p. 9).

Em desdobramento da questão: os trabalhadores, pressionando por melhores remunerações, forçariam o desenvolvimento tecnológico e, ao mesmo tempo, possibilitariam condições de vida mais dignas para o homem rural. Este processo destituiria os empresários que não se modernizassem, gerando uma tendência de liberação de terras e, conseqüentemente, facultando a subdivisão da grande propriedade fundiária. Dever-se-ia aproveitar a possibilidade, implementando o estabelecimento de outras medidas, como uma rigorosa tributação territorial, conciliada com o estabelecimento de produtividade mínima por área. A liberação de terras traria, por sua vez, alternativas para os trabalhadores rurais – que não as tinham – de se empregarem na grande exploração ou se tornarem produtores independentes, acarretando uma transformação significativa nas relações de trabalho e quebrando a posição hegemônica que a grande exploração assumia no mercado de trabalho.

Essa ideia, cara a Caio Prado, da importância da legislação trabalhista e a garantia de sua aplicabilidade foi retomada no artigo “Marcha da questão agrária no Brasil”, escrito em 1964, em que acusava a esquerda de não perceber a relevância desses pontos, o que resultava na defesa acrítica da divisão da propriedade rural e da dissolução do latifúndio. Posicionamento que ele avistava nas manifestações sobre as reformas de base, que apareciam com destaque e que somente de maneira superficial tocavam as medidas que intentavam proteger os que trabalhavam no campo e as que regulassem as relações de labor rural²⁸.

Posicionava-se contrariamente aos *slogans* que recheavam, naquele momento, a luta pela solução da questão agrária. Referia-se à palavra de ordem “reforma agrária radical”, “eliminação do latifúndio”, “terra para quem a trabalha” – que, no seu entender, não passavam de demagogia, distantes dos problemas reais do campo brasileiro e da luta verdadeira pelas reformas. Não tinham eco na massa trabalhadora rural, primeira a ser atingida. Avaliava como mais eficaz a concentração da ação dos organismos de esquerda, incluso os comunistas, na “propaganda, organização e mobilização dos trabalhadores, seja na luta parlamentar pelo aperfeiçoamento e ampliação da legislação social-trabalhista aplicável ao campo”, seja “pela adoção de medidas legais complementares destinadas a facilitar e estimular a organização dos trabalhadores rurais, promover e consolidar o novo estatuto material e social deles” (PRADO JR., 1964, p. 6). No entanto, o equivocado posicionamento das esquerdas, assentado sobre uma falsa interpretação da situação brasileira, desarmava-os para uma intervenção conseqüente na realidade social.

Não ficando apenas no diagnóstico, mas indicando alternativas, sugeriu ações que possibilitassem amenizar a condição aviltante do trabalhador rural. O texto que melhor condensava suas indicações para o progresso da questão agrária no Brasil é “Nova contribuição para a análise da questão agrária no Brasil”, de 1962. Neste artigo, propunha apresentar as “perspectivas práticas e concretas no sentido da solução dos problemas propostos pela questão agrária brasileira” (PRADO JR., 1962, p. 11), uma vez que concebia que, nesse âmbito da discussão, o país vivia embaraços e constrangimentos de toda ordem, apesar de a temática ser pauta havia longo tempo.

Ressalta-se aí o esforço de Prado Jr. em indicar soluções levando em conta a realidade nacional daquele momento. Por não detectar intenções revolucionárias nos movimentos sociais que estavam ocorrendo no meio rural brasileiro, suas propostas, como afirmado por ele próprio, situavam-se no âmbito do capitalismo, numa tentativa de melhorar as condições de vida da classe trabalhadora rural. O socialismo era avaliado como algo a

28 Isto ficava claro, segundo ele, quando se considerava o fato de que, “No documento mais recente em que definem sua posição em frente às reformas de base (‘A posição dos comunistas diante das reformas de base’, de abril de 1963, publicado em *Novos Rumos*, 1 a 9 de maio de 1963), o ponto relativo à legislação trabalhista não é incluído no texto que se ocupa da reforma agrária propriamente e das medidas destinadas à promovê-la. E sim é arrolado entre as ‘medidas parciais que melhorem a situação das massas camponesas, incrementem a produção de gêneros alimentícios e matérias-primas’. E assim mesmo essa inclusão é feita em último e mais que apagado e discreto lugar” (PRADO JR., 1964, p. 1).

conquistar, mas distante da realidade nacional daquele momento. Alertava que não podemos “visar a situações ideais e esquemas utópicos, por mais atraentes que sejam; e devemos nos manter sempre na perspectiva realista do momento e das circunstâncias econômicas, sociais e políticas em que nos encontramos” (PRADO JR., 1962, p. 16).

Partindo dessas premissas, especificava um conjunto de ações basilares capaz de amenizar a face trágica do campo brasileiro: *execução do Estatuto do Trabalhador Rural*: esse papel caberia às forças progressistas, pois, mesmo que tal documento contivesse falhas graves, a sua aplicação não seria tranquila e demandaria, de um lado, organização e mobilização dos trabalhadores rurais e, de outro, incentivo dos organismos políticos federais, estaduais e municipais mais progressistas, envolvendo Congresso Nacional, Assembleias Estaduais e Câmaras Municipais, acrescendo-se a ação dos sindicatos de trabalhadores urbanos. Somente com a junção de todas estas forças políticas se poderiam ter garantias de efetivação do Estatuto, assentadas numa base teórica que reproduzisse corretamente a realidade; *elevação do padrão de vida dos trabalhadores rurais*: o problema não era, como queriam alguns, somente processar um melhor aparelhamento técnico, financeiro e comercial das atividades rurais – em desconsideração à contribuição da aplicação de uma política de sustentação agrícola deficiente para o precário padrão de vida dos trabalhadores rurais. A elevação somente seria possível mediante a junção de outras circunstâncias independentes deste desenvolvimento, entre elas, a legislação social-trabalhista e a desconcentração da propriedade fundiária; *aumento da oferta de terras para o trabalhador* (para cultura ou pasto): embora significasse para o empregador uma forma de diminuição de gastos da exploração agrícola e ocupação de terras excedentes no momento, era preciso reconhecer que trazia benefícios para o trabalhador, já que garantia alimentos para a sua subsistência e a da sua família que, se assim não fosse, teria de conseguir a preços abusivos no comércio. Pelo menos no que se referia à alimentação, estes trabalhadores tinham uma condição de vida melhor dos que os simples assalariados; *atenção à questão habitacional*: precisava ser contemplada pela legislação trabalhista, uma vez que se verificava que a maioria das habitações rurais fazia das favelas dos centros urbanos palacetes, dada a precariedade das acomodações; *evitar que o empregador estendesse seus direitos sobre a propriedade ao empregado*, impedindo sua liberdade individual e seus direitos civis e políticos de cidadão: o fato de o trabalhador estar distante dos centros onde se concentravam os organismos sociais e públicos e de um convívio mais social e humano tornava-o propício à submissão e sujeição pessoal ao empregador. Isso ocorria até mesmo pela especificidade em que se colocava sua existência, toda ela desenvolvida dentro de uma propriedade particular onde todos os espaços ocupados estavam sujeitos ao direito do proprietário empregador. O enfrentamento dessa situação exigia, entre outros, a alteração do Código Civil brasileiro, com vistas a restringir o direito de propriedade de imóvel rural todas as vezes que sobre ela estivesse morando uma população humana. As áreas de comunicação, de fins úteis às atividades sociais dos moradores, deveriam ser consideradas de domínio público, como forma de evitar sujeição ao poder pessoal do proprietário particular. Ademais, o Código precisaria enfrentar e resolver o cerceamento arbitrário realizado pelo proprietário, que decidia à revelia dos moradores quem poderia ou não ali se instalar e com que frequência – mesmo quando se tratava de profissionais prestadores de serviços que interessavam aos residentes, como os comerciantes; *reforma agrária*: a alteração da estrutura da economia rural, que só ocorreria com a ação de fatores externos. Para que o uso da terra fosse possível não apenas para uma minoria, mas benefício da grande população rural, fazia-se necessária a implementação de medidas que propiciassem o acesso à terra – ponto essencial da reforma. Medidas que iriam de tributação a desenvolvimento e aplicação da legislação trabalhista no campo, aliados às fundamentais lutas dos trabalhadores; *descentralização e flexibilização dos órgãos administrativos*: considerando a grandiosidade territorial do país e a complexidade da questão do campo brasileiro, mostrava-se equivocada a defesa, que aparecia nos projetos, de uma reforma agrária centralizada e burocrática. Fazia-se necessária uma organização da Justiça do Trabalho Rural separada da então existente, já que o campo apresentava relações de trabalho distintas das do meio urbano, demandando um tratamento específico; *construção de uma democracia não reduzida a seus aspectos políticos*: como resultado, possibilitaria a elevação de consciência das massas populares, sua participação efetiva na administração pública, de forma a eliminar as barreiras oriundas de uma sociabilidade de extração colonial que obstavam o alcance de melhores condições de vida para as categorias sociais oprimidas; *estruturação dos partidos*: realizada a partir de programas que objetivassem enfrentar os problemas-chave pendentes no momento – questões que diziam respeito à reforma agrária e ao desenvolvimento autônomo do país; *mobilização das massas populares*: com base em um programa consistente, concreto, de atendimento dos interesses nacionais, pelas forças progressistas. Seria a forma de inverter o caos que imperava na política nacional e que atendia plenamente aos interesses reacionários e imperialistas, que podiam, assim, desenvolver suas ações sem obstáculos efetivos. Tal mobilização seria feita por meio de uma ampla e permanente propaganda e educação popular.

Ora, do exposto, é certo que Caio Prado não respondeu a todas as questões da realidade agrária nacional. Não se propôs a isto e nem teria condições de realizar tal feito heroico, tendo em vista a carência no campo da pesquisa histórica e o muito por fazer, o que implica, no passado e no presente, um trabalho coletivo. Mas é notório o seu esforço em indicar soluções em respeito à realidade concreta, mantendo-se fiel à concepção teórica assumida de longa data.

De modo geral, independentemente de limites, não se pode deixar de reconhecer que seus escritos acerca da realidade nacional marcaram época e tornaram-no um clássico da nossa historiografia. O intento de se compreender o Brasil leva necessariamente a Caio Prado. Trata-se de um autor que elaborou ideias dinâmicas²⁹ e que até os dias atuais tem algo a nos ensinar – seja no reconhecimento da necessidade de submissão aos dados de realidade, o não-conformismo com a sociabilidade vigente, a independência intelectual, a busca de alternativas interligadas com o momento histórico, a pesquisa pautada pela urgência social e não por vaidade e interesses acadêmicos, entre outros. É inegável que com Caio Prado a história brasileira ganhou objetividade, classes sociais, lutas.

A ausência de conhecimento e/ou domínio de certas obras de Marx, bem como do estatuto ontológico marxiano, não impediu que ele desvelasse elementos fundamentais da história brasileira. Pode-se dizer que o fez sem saber, sob a *intentio recta*, a “analítica da reta prospecção do objeto”, ou seja, “não importando à saída a forma e o nome com os quais a identificava, nem o preciso grau de compreensão que já havia desenvolvido a respeito dela” (CHASIN, 1995, p. 356). Procurou ater-se à lógica do objeto investigado, sem partir de modelos *a priori*, na busca incessante do descortinamento da nossa história pelo que ela de fato foi. Infelizmente, dadas as deturpações que seu pensamento sofreu ao longo do tempo, estes ganhos para a historiografia não foram suficientemente dimensionados.

Esse artigo é a tentativa de um passo nessa direção e de manter viva a memória desse importante intelectual-militante comunista.

Referências bibliográficas

- CAVALCANTI, Paulo. *Os equívocos de Caio Prado Júnior*. Folheto avulso. Argumentos: São Paulo, s/d. Acervo da Biblioteca Nadir Gouvêa Kfourri, PUC-SP.
- CHASIN, J. Contribuição para a análise da vanguarda política do campo. *Revista Brasiliense*. São Paulo, Brasiliense, n. 44, 1962.
- _____. *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Ensaio, 1995.
- FERNANDES, Florestan. “Sobre a ‘Revolução brasileira’”. In: *Brasil: em compasso de espera*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- GARCIA, Marco Aurélio. “Um ajuste de contas com a tradição”. In: D’INCAO, Maria Ângela (Org.). *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo: Unesp/Brasiliense, 1989.
- GASPARI, Elio. “Uma elite aniquilada”, In: *A ditadura escancarada*. 2. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- GOENDER, Jacob. “Do pecado original ao desastre de 1964”. In: D’INCAO, Maria Ângela (Org.). *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo: Unesp/Brasiliense, 1989.
- HOMEM, Maria Cecília Naclerio “Do palacete à enxada”. In: D’INCAO, Maria Ângela (Org.). *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo: Unesp/Brasiliense, 1989.
- IUMATI, Paulo T. *Diários políticos de Caio Prado Júnior*. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- _____. *Caio Prado Jr. Uma trajetória Intelectual*. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- KONDER, Leandro, Recorte de jornal com resenha sobre *A revolução brasileira* (7 a 13 jul., provavelmente 1966 ou 1967). Acondicionado no Acervo Caio Prado Jr., do IEB.
- LOPEZ, Adriana; MOTA, Carlos Guilherme. *História do Brasil: uma interpretação*. São Paulo: Senac, 2008.
- NOVAIS, Fernando A. *Aproximações: estudos de história e historiografia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2005.

29 Como indica Milton Santos: “ideias dinâmicas são aquelas que atravessam o tempo e permitem aos autores permanecer quando os seus escritos já datam” (SANTOS, 1989, p. 422).

- _____. Entrevista a MORAES, José G. Vinci de; REGO, José Márcio (Orgs). *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Ed. 34, 2002.
- PRADO JR., Caio. Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil. *Revista Brasiliense* n. 28, mar./abr. 1960.
- _____. Nova contribuição para a análise da questão agrária no Brasil. *Revista Brasiliense* n. 43, set./out. 1962.
- _____. O estatuto do trabalhador rural. *Revista Brasiliense* n. 47, mai./jun. 1963.
- _____. Marcha da questão agrária no Brasil. *Revista Brasiliense* n. 51, jan./fev. 1964.
- _____. *Formação do Brasil contemporâneo*. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- _____. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- _____. *A revolução brasileira*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1978a.
- _____. *História e desenvolvimento*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1978b.
- _____. “Entrevista”. In: MOTA, Lourenço Dantas (Coord.). *A história vivida* v. 1. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1981.
- _____. O programa da ANL. *Revista Nova Escrita/Ensaio*. São Paulo, Escrita, n.10, 1982.
- _____. *História econômica do Brasil*. 33. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- _____. *A questão agrária no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- PRADO, Danda “Meu pai”. In: D’INCAO, Maria Ângela (Org.). *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo: Unesp/Brasiliense, 1989.
- SANTOS, Milton. “Renovando o pensamento geográfico”. In: D’INCAO, Maria Ângela (Org.). *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo: Unesp/Brasiliense, 1989.
- SOUZA, Ângela Maria de. *O Brasil de Caio Prado Jr. nas páginas da Revista Brasiliense (1955-64)*. 2004. Dissertação (Mestrado) apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- _____. *O Brasil descortinado por Caio Prado Jr.: gênese e reiteração do círculo vicioso*. Tese (Doutorado) apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.